



CADERNO DE PROVA RESIDÊNCIA EM GESTÃO PÚBLICA



LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

INSTRUÇÕES GERAIS

- O candidato receberá do fiscal:
Um Caderno de Questões contendo **50 (cinquenta) questões** objetivas de múltipla escolha e uma Folha de Respostas personalizada para a Prova Objetiva.
- A totalidade da Prova terá a duração de **4h (quatro horas)**, incluindo o tempo para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva.
- Iniciada a Prova, nenhum candidato poderá retirar-se da sala antes de decorrido **30 minutos** de prova, devendo, ao sair, entregar ao fiscal de sala, obrigatoriamente, o Caderno de Questões e a Folha de Respostas da Prova Objetiva. A Folha de Respostas da Prova Objetiva será o único documento válido para correção.
- Não serão permitidas consultas a quaisquer materiais, uso de telefone celular ou outros aparelhos eletrônicos.
- Caso seja necessária a utilização do sanitário, o candidato deverá solicitar permissão ao fiscal de sala, que designará um fiscal volante para acompanhá-lo no deslocamento, devendo manter-se em silêncio durante o percurso, podendo, antes da entrada no sanitário e, depois da utilização deste, ser submetido a revista com detector de metais. Na situação descrita, se for detectado que o candidato está portando qualquer tipo de equipamento eletrônico, será eliminado automaticamente do Processo Seletivo Público.
- O candidato, ao terminar a prova, deverá retirar-se imediatamente do estabelecimento de ensino, não podendo permanecer nas dependências deste, bem como não poderá utilizar os sanitários.
- Os três últimos candidatos só poderão deixar a sala após entregarem suas Folhas de Respostas e assinarem a ata e o lacre de fechamento do envelope no qual será acondicionado as Folhas de Respostas da sala.
- É proibido o compartilhamento de qualquer objeto (caneta, lápis borracha, alimentos, etc).
- O candidato poderá ter sua garrafa de água, desde que transparente ou opaca e sem rótulo.
- Os aparelhos eletrônicos deverão ser desligados e guardados em embalagem disponibilizadas anteriormente na entrada da sala.

INSTRUÇÕES – PROVA OBJETIVA

- Verifique se seus dados estão corretos na Folha de Respostas.
- A Folha de Respostas **NÃO** pode ser dobrada, amassada, rasurada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas.
- Use caneta transparente de tinta preta ou azul.
- Assinale a alternativa que julgar correta para cada questão na Folha de Respostas.
- Para cada questão, existe apenas **1 (uma)** resposta certa – não serão computadas questões não assinaladas ou que contenham mais de uma resposta, emendas ou rasuras.
- O modo correto de assinalar a alternativa é cobrindo, completamente, o espaço a ela correspondente.

ESPAÇO RESERVADO PARA ANOTAÇÃO DAS RESPOSTAS

01 -	02 -	03 -	04 -	05 -	06 -	07 -	08 -	09 -	10 -
11 -	12 -	13 -	14 -	15 -	16 -	17 -	18 -	19 -	20 -
21 -	22 -	23 -	24 -	25 -	26 -	27 -	28 -	29 -	30 -
31 -	32 -	33 -	34 -	35 -	36 -	37 -	38 -	39 -	40 -
41 -	42 -	43 -	44 -	45 -	46 -	47 -	48 -	49 -	50 -

LÍNGUA PORTUGUESA

1. **No trecho** “*Vivemos em tempos líquidos. Nada foi feito para durar*”. Essa é uma das frases mais famosas do sociólogo polonês Zygmunt Bauman, falecido em janeiro de 2017, aos 91 anos. Ele deixou uma obra volumosa, com mais de 50 livros, e é considerado um dos pensadores mais importantes e populares do fim do século XX.... –Disponível em: <https://vestibular.uol.com.br/resumo-das-disciplinas/atualidades/zygmunt-bauman-o-pensamento-do-sociologo-da-modernidade-liquida.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 21/11/2023.

Sobre o uso das aspas no trecho acima é **CORRETO** afirmar que:

- a) "Elas podem ser usadas em citações, estrangeirismos, neologismos e gírias.
- b) Também podem ser usadas para destacar uma ironia e outras expressões.
- c) Títulos de filmes e de livros podem ser escritos entre aspas ou em itálico.
- d) Utilizamos aspas antes do ponto-final para encerrar um período iniciado sem aspas.
- e) Utilizamos aspas depois do ponto-final para encerrar um período iniciado com aspas."

2. **Assinale a alternativa em que todas as palavras são acentuadas conforme o mesmo critério:**

- a) ágil, destróier, aljôfar, almíscar, cânon, cólon, dólmen, lúmen, mórmon, cálix, índex, beribéri;
- b) círculo, íngreme, míope, ínterim, lâmpada, líquido, matemática, máximo, mínimo, celular, táxi, crepúsculo; música;
- c) série, gênio, glória, início, exíguo, lírio, mágoa, tênue, rádio, cárie, miséria; comitê;
- d) sofá; crachás; filé;purê; crochê; silêncio; jacarés; dominó; cipós; metrô. heróis; corrói; pastéis; troféu; véus; fiéis;
- e) almíscar, míope; estéril ; fácil ; caráter; cidade; acrobacia; zíper; glúten; fóssil; flúor; éden; elétron

3. **O plural de sol, guardião, faisão, mel e cidadão, respectivamente, é:**

- a) sóis, guardiões, faisões, meles e cidadãos;
- b) Soles, guardiãos, faisões, méis e cidadãos;
- c) sóis, guardiões, faisões, méis e cidadãos;
- d) sóis, gurdhões, faisãos, meles e cidadãos;

4. **Segundo o registro culto e formal da Língua Portuguesa qual alternativa está correta:**

- a) É necessário manter a ordem preestabelecida, sem a qual tornar-se-á nula a inscrição.
- b) Sabe aquele lugar que você planeja viver no futuro? A inauguração é hoje.
- c) O Diretor quis ver o novo regimento, pelo qual deve pautar suas próximas ações.
- d) Serão pré-definidos os termos em que faremos a negociação.
- e) A movimentação financeira será taxada novamente dizem.

5. Considere as normas de concordância verbal e nominal.

I) Todos os outros duzentos processos foram examinados.

II) Devem haver exceções.

III) Ela desobedeceu às leis terceira e quarta do Código de Trânsito.

IV) Até há pouco tempo 30% da população adulta do Brasil eram analfabetos.

V) Tratam-se de processos de aposentadoria.

Quais sentenças estão corretas:

- a) I, V
- b) I, II, III e IV
- c) IV e V
- d) I, III, IV
- e) Todas as sentenças estão corretas.

6. Leia o trecho da obra de Machado de Assis “Dom Casmurro” para responder a pergunta:

José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às ideias; não as havendo, servia a prolongar as frases. Levantou-se para ir buscar o gamão, que estava no interior da casa. Cósi-me muito à parede, e vi-o passar com as suas calças brancas engomadas, presilhas, rodague e gravata de mola. Foi dos últimos que usaram presilhas no Rio de Janeiro, e talvez neste mundo. Trazia as calças curtas para que lhe ficassem bem esticadas. A gravata de cetim preto, com um arco de aço por dentro, imobilizava-lhe o pescoço; era então moda. O rodague de chita, veste caseira e leve, parecia nele uma casaca de cerimônia. Era magro, chupado, com um princípio de calva; teria os seus cinquenta e cinco anos. Levantou-se com o passo vagaroso do costume, não aquele vagar arrastado dos preguiçosos, mas um vagar calculado e deduzido, um silogismo completo, a premissa antes da consequência, a consequência antes da conclusão. Um dever amaríssimo!

As expressões sublinhadas são respectivamente:

- a) Advérbio/ locução adjetiva/ substantivo/ numeral cardinal/ substantivo/ adjetivo/ adjetivo superlativo.
- b) Verbo/locução adjetiva/ substantivo/ numeral cardinal/ substantivo/ pronome/ adjetivo superlativo.
- c) Pronome/locução adverbial/ substantivo/ numeral cardinal/ substantivo/ adjetivo/ adjetivo superlativo.
- d) Verbo/ locução adjetiva/ / numeral cardinal/ substantivo/ substantivo/ verbo/ adjetivo superlativo.
- e) Verbo/ locução adjetiva/ substantivo/ numeral cardinal/ substantivo/ adjetivo/ adjetivo superlativo.

7. Com relação ao emprego do hífen, todas as alternativas apresentam as palavras de acordo com as novas regras ortográficas, exceto:

a) manda-chuva; paraquedas; paraquedista; paralama; para-brisa; para-choque; paravento; autoestima; contra-cheque; sobreaviso; antissocial; antirrugas.

b) antessala; antessacristia; autorretrato; antissocial; antirrugas; arquirromântico; arquirrivalidade; autorregulamentação; autossugestão; contrassenso; contrarregra, contrassenha; extrarregimento; extrassístole; extrasseco.

c) autoafirmação; auto-ajuda; autoaprendizagem; autoescola; autoestrada; autoinstrução; contraexemplo; contraindicação; contraordem; extra-escolar; extra-oficial, infraestrutura; intraocular; intrauterino; neoexpresionismo.

d) anti-ibérico; anti-imperialista; arqui-inimigo; arqui-irmandade; microondas, micro-ônibus; micro-orgânico; anti-inflamatório; contra-ataque; sobrehumano; supra-hepático.

e) neoimperialista; semi-aberto; semiautomático; semi-árido; semiembriagado; semiobscuridade; supraocular; ultra-elevado; infrassom; infrarrenal; ultrarromântico; ultrassonografia; semirreal; semissintético; suprarrenal; suprassensível.

Texto para as questões 08 e 09:

01 Como se sabe, o portfólio de crimes dos meliantes é enorme e seguidamente eles vão aperfeiçoando seus modos de operação em velhos delitos e criando novos, valendo-se das modernas tecnologias e, sempre, aproveitando-se da boa-fé e até da ingenuidade de suas infelizes vítimas. É assim que vemos até hoje em voga o conto do bilhete, encenação convincente sobre o que seria um bilhete premiado que poderia ser entregue ao ludibriado mediante certa quantia combinada entre as partes. Há outros golpes mais recentes, como o da taxa de entrega de flores, que acaba culminando com o furto do cartão de crédito, ou o do WhatsApp forjado, o qual tem seu uso para, com um perfil falso, solicitar dinheiro para amigos e parentes.

02 Dentro das diversas modalidades de ilícitos, há o do valor programado para ser pago, que consiste numa mensagem de texto informando que houve uma suposta compra no cartão bancário da pessoa e que há uma quantia para ser quitada. Vem um telefone, geralmente 0800, junto para ela ligar, quando acaba falando com o golpista, que, dizendo-se ser do banco, a orienta a retirar o valor da conta como segurança e repassar para uma outra indicada por ele. Claro que o valor nunca mais retorna. Pois agora esse método ganhou um estágio avançado: o cliente recebe uma mensagem de voz como se fosse realmente a central de atendimento de sua instituição, inclusive com orientações on-line para clicar em opções no teclado. Na gravação, há a informação de que um Pix de valor elevado foi agendado, com “instruções” para cancelar que levam à transferência de valores. A verossimilhança é muito grande com um real contato do banco e, se não se estiver muito atento, as possibilidades de cair nessa armadilha são muito grandes.

03 Diante desses tantos recursos empregados pelos delinquentes, urge que autoridades, operadoras de telefonia, bancos e órgãos públicos se unam para desativar essas ferramentas que eles usam para obter lucro fácil. Não é aceitável que o crime organizado avance no cotidiano sem encontrar resistência efetiva daqueles que têm a atribuição de defender a sociedade.

(O golpe do pix agendado: Disponível em <https://www.correiodopovo.com.br/opiniaio/editorial/o-golpe-do-pix-agendado-1.1422567>. Acesso em 22/11/2023.)

08. Considerando as regras da norma culta, qual das alternativas justifica o uso da vírgula na expressão em negrito no texto:

a) Se um adjunto adverbial de tempo for trocado de lugar na organização frasal, então a vírgula será usada para sinalizar essa troca.

b) A vírgula também é usada para isolar o vocativo ou o aposto.

c) Se os elementos enumerados forem orações coordenadas assindéticas, nós também as separamos com vírgulas.

d) Usamos vírgula antes de conjunções adversativas, ou antes, de locuções ou conjunções conclusivas.

e) Usamos vírgula antes da conjunção “e” caso as orações envolvidas tenham sujeitos diferentes.

09. Considerando a colocação pronominal, qual a expressão, retirada do texto anterior, há a presença de uma próclise:

a) Como se sabe, o portfólio de crimes dos meliantes é enorme...

b) (...) valendo-se das modernas tecnologias e, sempre, aproveitando-se da boa-fê e até da ingenuidade de suas infelizes vítimas.

c) A verossimilhança é muito grande com um real contato do banco e, se não se estiver muito atento, as possibilidades de cair nessa armadilha são muito grandes.

d) Diante desses tantos recursos empregados pelos delinquentes, urge que autoridades, operadoras de telefonia, bancos e órgãos públicos se unam para desativar essas ferramentas que eles usam para obter lucro fácil.

e) Vem um telefone, geralmente 0800, junto para ela ligar, quando acaba falando com o golpista, que, dizendo-se ser do banco, a orienta a retirar o valor da conta como segurança e repassar para uma outra indicada por ele.

Texto para a questão 10.

Regressemos ao homem, Sofia. A “forma” do homem é, segundo Aristóteles, possuir uma “alma vegetal”, uma “alma animal”, como uma “alma racional”. E aí ele pergunta: como o homem deve viver? O que é preciso para que tenha uma vida boa? Posso responder resumidamente: o homem só é feliz se utilizar todas as suas capacidades e possibilidades.

Aristóteles achava que existem três formas de felicidade. A primeira maneira é ter uma vida de prazeres e satisfações. A segunda forma é viver como um cidadão livre e responsável. E a terceira é viver como um pesquisador e filósofo.

Aristóteles enfatiza que as três definições devem coexistir para que os homens tenham uma vida feliz. Por isso ele recusa toda a forma de isolamento. Se vivesse nos dias de hoje, talvez dissesse que alguém que apenas exercita o corpo leva uma vida equivocada.

Também o que se refere à convivência e às relações interpessoais, Aristóteles menciona um “meio-termo de ouro”: não devemos ser covardes nem estúpidos, mas *corajosos*. (Pouca coragem é covardia, coragem demais é estupidez.) Do mesmo modo, não devemos ser avaros nem esbanjadores, mas *generosos*. (Ser pouco generoso é ser avarento, ser generoso demais equivale a desperdiçar.)

O mesmo vale para a alimentação. **É perigoso comer de menos, mas também é perigoso comer demais.** Tanto a ética de Platão como a de Aristóteles evocam a ciência grega: somente através do equilíbrio e da moderação é que podemos nos tornar indivíduos felizes e “harmônicos”.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia: romance da história da filosofia. Trad. Leonardo Pinto Silva. 1ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Pag. 131-132.

10. O trecho destacado é oração:

- a) Oração coordenada assindética
- b) Oração subordinada adversativa
- c) Oração coordenada adversativa
- d) Oração coordenada conclusiva
- e) Oração subordinada conclusiva

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

11. Sobre os Municípios, assinale a alternativa que está de acordo com o disposto na Constituição Federal:

- a) O total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de quinze por cento da receita do Município.
- b) O julgamento do prefeito deverá ser feito perante o Superior Tribunal de Justiça.
- c) A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.
- d) As contas dos Municípios ficarão, durante noventa dias, anualmente, à disposição de qualquer contribuinte.
- e) O total de despesa com a folha de salários no município poderá ser de até 80% da receita do município.

12. Considerando o disposto na Constituição da República, bem como o entendimento jurisprudencial e doutrinário consolidado sobre a organização funcional do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição da República assegura imunidade formal e material a vereadores e prefeitos municipais.
- b) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito municipal por desvio de verba sujeita a prestação de contas perante órgão federal.
- c) A Câmara de Vereadores possui personalidade jurídica, podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- d) Compete ao Tribunal de Justiça julgar o prefeito municipal por ato de improbidade administrativa.
- e) Compete à Justiça Estadual processar e julgar prefeito por desvio de verba transferida e incorporada ao patrimônio municipal.

13. O Município Alfa editou a Lei nº XX/2021, estabelecendo alguns balizamentos para a atividade de transporte privado individual por motoristas cadastrados em aplicativos, o que gerou grande insatisfação junto aos destinatários da norma. Ao procurarem um advogado, foram informados, corretamente, que o Município Alfa, à luz da ordem constitucional:

- a) pode legislar sobre a matéria, pois se trata de típico interesse local, de competência privativa do município.
- b) pode legislar sobre a matéria, para fins de regulamentação e fiscalização, e deve observar os parâmetros da lei federal.
- c) não pode legislar sobre a matéria, pois compete privativamente ao Estado ou Distrito Federal legislar sobre trânsito e transporte.
- d) não pode legislar sobre a matéria, pois compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte.
- e) pode legislar sobre o transporte local, observadas as leis federais e estaduais, vedando-o, restringindo-o ou regulamentando-o.

14. Um grupo de moradores do Município Alfa decidiu iniciar uma grande mobilização para alterar a Lei municipal nº XX, que estabelecia o horário de funcionamento do comércio local de modo, a seu ver, inadequado.

Nesse caso, de acordo com a ordem constitucional:

- a) o grupo apenas pode solicitar que a Assembleia Legislativa uniformize a matéria em todo o Estado.
- b) pode ser apresentado projeto de lei de iniciativa popular por, pelos menos, 5% do eleitorado.
- c) o grupo apenas pode sugerir aos vereadores que alterem a lei, o que exige que algum deles apresente o projeto;
- d) o grupo apenas pode sugerir ao prefeito municipal que apresente o projeto de lei de alteração, pois apenas ele pode fazê-lo.
- e) o grupo pode legislar sobre o assunto.

15. João perguntou a Maria, estudante de direito, se, à luz da forma federativa de Estado adotada no Brasil, os Municípios deveriam ser regidos por uma Constituição ou por uma Lei Orgânica.

Maria respondeu corretamente que os Municípios são regidos por uma:

- a) Lei Orgânica, editada pela Câmara Municipal.
- b) Constituição, editada pela Câmara Municipal.
- c) Lei Orgânica, editada pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
- d) Constituição, editada pela Assembleia Legislativa do respectivo Estado.
- e) Lei Orgânica, editada pelo Poder Executivo Estadual.

16. Segundo o texto constitucional, as Guardas municipais serão constituídas pelos Municípios com o fim de:

- a) exercício da segurança viária.
- b) exercício das funções de polícia judiciária.
- c) proteção de seus bens, serviços e instalações.
- d) servir como forças auxiliares e reserva do Exército.
- e) servir a Polícia Militar dos Estados.

17. Ao apreciar as contas anuais do chefe do Poder Executivo do Município Y, o Tribunal de Contas emitiu parecer técnico contrário à sua aprovação, por entender que diversos dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal teriam sido violados. Ainda assim, em contrariedade a tal entendimento, a Câmara Municipal, por decisão dos seus membros, com apenas um voto vencido, julgou e aprovou tais contas.

À luz da hipótese narrada, com fundamento no texto constitucional, assinale a afirmativa correta:

- a) A aprovação das contas do Prefeito do Município Y se deu em conformidade com o disposto no texto constitucional, já que parecer prévio do Tribunal de Contas não possui caráter vinculante, deixando de prevalecer por voto de, ao menos, dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- b) O parecer técnico emitido pelo Tribunal de Contas possui, excepcionalmente, caráter vinculante, de modo que, no caso em análise, as contas anuais apresentadas pelo Chefe do Executivo não poderiam ter sido aprovadas pela Câmara Municipal.
- c) O Tribunal de Contas, órgão de controle externo auxiliar do Poder Legislativo, tem competência para analisar, julgar e rejeitar, em caráter definitivo, as contas anuais

apresentadas pelo Chefe do Executivo local; portanto, é desnecessária a submissão do seu parecer à Câmara Municipal.

d) Como corolário da autonomia financeira e orçamentária inerente aos três poderes, as contas anuais do Chefe do Executivo municipal não se submetem à aprovação da Câmara local, eis que tal situação implica em indevida ingerência do Poder Legislativo sobre o Poder Executivo.

e) As contas deverão ser remetidas novamente ao Tribunal de Contas do Estado para deliberação.

18. Considerando as competências atribuídas aos Municípios na Constituição Federal, assinale a alternativa que NÃO corresponde à matéria de sua competência:

a) Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

b) Legislar sobre assuntos de interesse local.

c) Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

d) Legislar sobre matéria referente a jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.

e) legislar sobre energia e matérias de competência da ANEEL.

19. De acordo com a Constituição Federal, a fiscalização do Município será exercida pelo _____, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal, na forma da lei.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do trecho acima:

a) Conselho Municipal de Controle Externo.

b) Poder Legislativo Municipal.

c) Tribunal de Contas da União.

d) Tribunal de Contas do Estado.

e) Poder Legislativo Estadual.

20. Analise os itens abaixo sobre a organização dos Municípios:

I. A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores.

II. Constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal a prática de homofobia.

III. Compete aos Municípios organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial.

Assinale:

a) se apenas a afirmativa I estiver correta.

b) se apenas as afirmativas I e III estiverem corretas.

c) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

d) se todas as afirmativas estiverem corretas.

e) se todas as afirmativas estiverem erradas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

21. Assinale a alternativa correta acerca da classificação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988:

- a) Quanto à origem, é outorgada porque foi eleita diretamente pelo povo, sendo, assim, democrática.
- b) Quanto à extensão, é sintética, visto que é enxuta e não tece minúcias, motivo pelo qual é mais duradoura.
- c) Quanto ao modo de elaboração, é dogmática porque se baseia em teorias, planos e sistemas prévios e foi criada de uma só vez por uma Assembleia Constituinte.
- d) Quanto à alterabilidade, é imutável porque algumas matérias exigem um processo de alteração mais dificultoso do que aquele exigido para as leis infraconstitucionais.
- e) Quanto à extensão, é enxuta, visto que é uma constituição com somente 12 artigos.

22. O Município Alfa, em cujo território era desenvolvida uma atividade agrícola extremamente lucrativa, mas com a utilização de métodos rudimentares de produção, com grande potencial lesivo ao meio ambiente, foi palco de um grande movimento popular, que resultou na apresentação do projeto de lei de iniciativa popular nº XX. Esse projeto buscou estabelecer normas de proteção ao meio ambiente, fixando balizamentos para as atividades que poderiam impactá-la. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Municipal de Alfa, ao analisar o projeto na perspectiva da competência legislativa municipal, concluiu, corretamente, que ele era formalmente:

- a) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre meio ambiente;
- b) inconstitucional, salvo se houver lei da União delegando o exercício dessa competência legislativa aos Municípios;
- c) constitucional, pois compete privativamente aos Municípios legislar sobre as questões ambientais que se desenvolvam em seu território;
- d) constitucional, o que pressupõe interesse local e que o projeto esteja harmônico com a disciplina estabelecida pelos demais entes federativos, suplementando-a.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente ao poder executivo estadual legislar sobre o assunto.

23. A respeito da eficácia das normas constitucionais, assinale a opção correta:

- a) Mesmo normas constitucionais programáticas possuem algum nível de eficácia.
- b) Certas normas constitucionais são completamente destituídas de efeito.
- c) A norma constitucional que define um plano de ação para os órgãos públicos é de eficácia plena.
- d) A eficácia das normas constitucionais não pode, em nenhum caso, depender de normas hierarquicamente inferiores.
- e) a constituição atual não trabalha com conceitos de eficácia de suas normas.

24. Considerando a doutrina tradicional a respeito do poder constituinte derivado, assinale a opção correta:

- a) São características do poder constituinte derivado a inicialidade, a incondicionalidade e a limitação.
- b) A Constituição Federal não possui limitações materiais explícitas ao poder constituinte derivado.
- c) O poder constituinte derivado é inerente às constituições rígidas.
- d) No âmbito judicial, não se admite o controle de constitucionalidade formal do poder constituinte derivado.
- e) O poder constituinte originário é o único atuante na Constituição Federal de 1988.

25. De acordo com o artigo 60, § 4º, da Constituição Federal, constitui cláusula pétrea:

- a) O presidencialismo.
- b) A separação dos Poderes.
- c) O voto censitário e secreto.
- d) O voto obrigatório.
- e) O voto facultativo.

26. Sobre as ações constitucionais previstas no artigo 5º da Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) Associação legalmente constituída e em funcionamento há dois anos detém legitimidade para propor mandado de segurança coletivo, em defesa dos interesses de seus associados.
- b) É admissível habeas data na hipótese de inviabilidade do exercício de direitos por falta de norma regulamentadora.
- c) O autor da ação popular atuando de boa-fé é isento do pagamento de custas, mas está sujeito aos ônus da sucumbência.
- d) Mostra-se cabível habeas data para acesso e retificação de informações contratuais do impetrante constantes em empresas privadas sem caráter público.
- e) Nenhuma das assertivas anteriores.

27. José tem dezenove anos e é analfabeto. Considerando o que dispõe a Constituição Federal de 1988 acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

- a) Apesar de ser maior de dezoito anos, tanto o alistamento eleitoral quanto o voto são facultativos para José por ele ser analfabeto.
- b) O alistamento eleitoral é obrigatório para José por ele ser maior de dezoito anos, mas o voto é facultativo por ele ser analfabeto.
- c) O fato de José ser analfabeto não guarda relação com o alistamento eleitoral nem o voto, mas sim com as condições de elegibilidade.
- d) Tanto o alistamento eleitoral quanto o voto são proibidos para José pelo fato de ele ser analfabeto.
- e) O alistamento eleitoral é facultativo, mas o voto é obrigatório.

28. A Lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I. do Prefeito Municipal;
- II. da população, subscrita por 5% (cinco por cento) do eleitorado do Município;
- III. de 1/4 (um quarto), no mínimo, dos vereadores;
- IV. do Vice-Prefeito Municipal.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, II e IV, apenas.
- b) II, III e IV, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Direito Administrativo

29. Conforme preconizado pelos princípios constitucionais, a atuação dos servidores públicos deve ser pautada pela conduta moral e ética, sendo vedado qualquer tipo de discriminação por sexo, raça, cor, idade ou qualquer outra forma discriminatória. O atendimento ao cidadão deve ser realizado de forma humanizada. A ação do servidor público deve ocorrer de forma igualitária, com dignidade e respeito.

Assinale a alternativa que relaciona corretamente dois dos princípios constitucionais que embasam as afirmações anteriores:

- a) Moralidade e impessoalidade.
- b) Publicidade e eficiência.
- c) Hierarquia e moralidade.
- d) Eficiência e efetividade.
- e) Publicidade e moralidade.

30. Em tema de sujeitos ativos do ato de improbidade administrativa, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92, assinale a afirmativa correta:

- a) As disposições da Lei de Improbidade Administrativa são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra culposa ou dolosamente para a prática do ato de improbidade.
- b) Os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem, em qualquer hipótese, pelo ato de improbidade que venha a ser imputado à pessoa jurídica.
- c) Os agentes públicos que podem cometer ato de improbidade são o agente político, o servidor público e todo aquele que exerce, necessariamente de forma permanente e com remuneração, mandato, cargo, emprego ou função pública.
- d) As sanções da Lei de Improbidade Administrativa não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública de que trata a Lei nº 12.846/2013 – Lei Anticorrupção.
- e) Nenhuma das anteriores.

31. Quando a administração pública desapropria um imóvel para a construção de um hospital público, mas, ao invés disso, constrói um galpão para aluguel, ocorre um tipo de abuso de poder, conforme a doutrina majoritária, denominado de:

- a) desvio de poder.
- b) abuso de autoridade.
- c) excesso de poder.
- d) omissão de poder.
- e) excesso de autoridade.

32. Acerca da gestão de bens públicos, é CORRETO afirmar que:

- a) O Estado pode constituir sobre seus bens ônus reais, desde que com a finalidade de oferecer garantia a terceiros.
- b) Os bens denominados de uso comum do povo são, por sua natureza, desafetados.
- c) Sua alienação é vedada nos mesmos termos que sua imprescritibilidade.
- d) sua alienação é permitida de forma indiscriminada.
- e) Podem ser alienados se desafetados, encontrando-se na qualidade de bens dominicais.

33. É direito do usuário de serviços públicos:

- a) a participação no acompanhamento da prestação.
- b) liberdade de escolha entre os meios oferecidos pelo órgão prestador de serviços públicos, independentemente dos custos e eficiência da prestação.
- c) prioridade no atendimento, em razão de filiação à organização de caráter político, religioso ou filosófico.
- d) expedição de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade de forma integrada, sistematizada e imediata, em formato digital ou analógico, a seu critério de escolha.
- e) A exigência de marca de medicamento, quando subscrito por médico do SUS.

34. Com relação à classificação dos serviços públicos, assinale a alternativa que apresenta a definição de serviço público uti singuli:

- a) Serviços públicos que são prestados à coletividade, mas usufruídos apenas indiretamente pelos indivíduos.
- b) Serviços públicos que não são assumidos pelo Estado, mas apenas autorizados, regulamentados e fiscalizados.
- c) Serviços públicos que têm por finalidade a satisfação individual e direta das necessidades dos cidadãos.
- d) Serviços públicos que são prestados diretamente pelo Estado ou indiretamente por meio de concessionárias e permissionárias.
- e) Nenhuma das anteriores.

35. De acordo com a Lei nº 8.987/95, assinale a alternativa correta a respeito da extinção das concessões públicas:

- a) A encampação consiste na retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo de concessão por motivo de interesse público, razão pela qual se dispensa prévia lei autorizativa.
- b) Em caso de inadimplência do Poder Concedente, a concessionária poderá requerer a extinção da concessão, o que fará necessariamente pela via judicial, somente se autorizando a interrupção dos serviços após o trânsito em julgado.
- c) Em caso de inadimplência da concessionária, o poder concedente poderá extinguir o contrato de concessão imediatamente, haja vista o interesse público subjacente à continuidade da prestação do serviço.
- d) A caducidade é forma de extinção do contrato de concessão durante a sua vigência, por força da inexecução do ajuste por qualquer das partes.
- e) A encampação consiste na destinação do bem público para pessoa jurídica de direito privado que irá executar o serviço público.

36. Considere as afirmações seguintes, tendo em vista a Lei 14.333/2021 (Nova lei de Licitações):

I. Constatada irregularidade insanável no respectivo procedimento licitatório ou na execução do contrato administrativo, deve ser declarada a nulidade do contrato e suspensa a sua execução.

II. A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato deveria produzir ordinariamente e desconstituindo os já produzidos.

III. Ao declarar a nulidade do contrato, a autoridade, com vistas à continuidade da atividade administrativa, poderá decidir que ela só tenha ecácia em momento futuro.

Estão CORRETAS as afirmações:

- a) I, II e III.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) III, apenas.

Direito Tributário

37. Analise as afirmativas a seguir a respeito dos conceitos estabelecidos no código tributário nacional:

I. As taxas têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.

II. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação específica, dependente de atividade estatal vinculada diretamente ao contribuinte.

III. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei, decreto ou instrução normativa e cobrada mediante atividade administrativa vinculada.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

38. Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada. A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes para qualicá-la: a denominação e demais características formais adotadas pela lei; a destinação legal do produto da sua arrecadação. De acordo com o Código Tributário Nacional, o tributo instituído para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado é intitulado de:

- a) Contribuição de Melhoria.
- b) Taxa.
- c) Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

- d) Imposto sobre serviços de qualquer natureza.
- e) COSIP.

39. Com base no que estabelece o Art. 145, inc. II, § 2º da Constituição Federal, bem como na interpretação do referido dispositivo pelo Supremo Tribunal Federal, quanto à base de cálculo das taxas, analise as assertivas abaixo:

I. É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.

II. É constitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem, mesmo que a base de cálculo seja idêntica à do imposto territorial rural.

III. A segurança pública, presentes a prevenção e o combate a incêndios, faz-se, no campo da atividade precípua, pela unidade da Federação, e, porque serviço essencial, tem como viabilizá-la a arrecadação de impostos, podendo o Município criar taxa para tal fim.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

40. Em relação às limitações do poder de tributar, estabelecidas na Constituição Federal Brasileira, analise as afirmativas abaixo:

I. A lei poderá atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária a condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

II. É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, em detrimento de outro, admitida a concessão de incentivos fiscais destinados a promover o equilíbrio do desenvolvimento sócio-econômico entre as diferentes regiões do País.

III. É permitido aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

O número de afirmativas corretas corresponde a:

- a) Zero.
- b) Uma.
- c) Duas.
- d) Três.
- e) Quatro.

41. Nos termos do Artigo 16, do CTN, “*imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte*”.

Assinale a alternativa correta em termos constitucionais acerca do instituto.

- a) Ao Distrito Federal cabem os impostos municipais. Serão de competência da União, em Território Federal, em qualquer hipótese, os impostos estaduais e municipais.
- b) A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir, mediante lei, impostos não previstos na Constituição da República Federativa do Brasil, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados, naquele normativo.
- c) Cabem aos Estados e ao Distrito Federal, os impostos sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação; sobre propriedade de veículos automotores; e sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.
- d) No que tange à matéria tributária, a União, em caso de guerra, poderá se utilizar de duas competências previstas na Constituição: a instituição de empréstimos compulsórios e, especificamente na área de impostos, a utilização da competência extraordinária de guerra (através da qual a União poderá instituir impostos extraordinários, compreendidos ou não em sua competência tributária, os quais serão suprimidos, gradativamente, cessadas as causas de sua criação).
- e) Todas as assertivas estão corretas.

42. O chefe do poder executivo, por meio de medida provisória aprovada no Congresso Nacional, majorou a alíquota do imposto sobre a renda das pessoas físicas. A nova lei, decorrente da medida provisória aprovada, produzirá efeitos:

- a) no exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei foi publicada, respeitando-se, também, o princípio nonagesimal (noventena), por se tratar do imposto sobre a renda, o qual deve observar as duas anterioridades constitucionais, ou seja, a anual e a noventena.
- b) no exercício financeiro seguinte àquele em que a nova lei, decorrente da medida provisória aprovada, foi publicada.
- c) imediatamente, desde que seja promulgada e publicada de acordo com o processo legislativo previsto na Constituição Federal.
- d) após o prazo de noventa dias da data em que haja sido publicada a nova lei que majorou o imposto sobre a renda.
- e) imediatamente, após a publicação no DOU – Diário Oficial da União.

43. XYZ é um estabelecimento empresarial que foi alienado e cujo adquirente continuou a explorar a mesma atividade. Considerando que também o alienante de XYZ continuou a exercer atividade empresarial no mesmo ramo de negócio, **assinale a afirmativa correta:**

- a) O adquirente é integralmente responsável pelos tributos devidos até a data da alienação do estabelecimento, sem responsabilidade do alienante.
- b) O adquirente e o alienante são responsáveis, cada qual, por 50% dos tributos devidos até a data da alienação do estabelecimento.
- c) A responsabilidade pelos tributos devidos até a data da alienação é integralmente do alienante, sem responsabilidade do adquirente.

d) Como o alienante continuou a explorar atividade empresarial, a responsabilidade do adquirente pelos tributos devidos até a data da alienação é subsidiária com o alienante.

e) São responsáveis solidários.

44. Determinado Estado brasileiro, ao criar sua lei estadual referente ao ITCMD, optou, conscientemente, por tributar as transmissões causa mortis e as doações de bens móveis e de direitos a eles relativos, deixando de fora, deliberadamente, a tributação das transmissões de bens imóveis e de direitos a eles relativos, seja causa mortis, seja por doação. Vários Municípios localizados nesse Estado, tomando ciência desse fato, decidiram incluir a tributação das transmissões causa mortis e das doações de bens imóveis e de direitos a eles relativos, nas suas respectivas legislações do ITBI.

Considerando, nesse caso, as disposições do Código Tributário Nacional acerca dessa matéria, verifica-se que os Municípios, em suas leis do ITBI:

a) poderiam ter incluído essas hipóteses de transmissão, porque o ITBI incide exclusivamente sobre a transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos, o que caracteriza competência concorrente para tributar essas transmissões.

b) só poderiam ter incluído essas hipóteses de incidência, próprias do ITCMD, se o referido Estado houvesse delegado ou transferido expressamente essa competência para cada Município.

c) poderiam ter incluído essas hipóteses de transmissão, porque o Estado em que esses Municípios se localizam abriu mão, deliberadamente, do direito de tributar as transmissões causa mortis e as doações de bens imóveis e de direitos a eles relativos.

d) não poderiam ter incluído hipóteses de incidência próprias do ITCMD.

e) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

Direito Processual Civil

45. Mafalda, domiciliada em bairro residencial e vizinha de Mateus, adolescente de quinze anos de idade que sonha em ser DJ e passa parte do dia mixando músicas. Incomodada com o barulho provocado pela mixagem das músicas, Mafalda buscou o Poder Judiciário após várias tentativas frustradas de resolver a situação diretamente com o vizinho, e propôs ação de obrigação de não fazer na vara cível. Ela dispensou audiência de conciliação. Citado, Mateus procurou um advogado afim de receber orientações sobre o ocorrido.

Tendo como base a situação hipotética e as regras de capacidade processual, assinale a opção correta:

a) Mateus não tem capacidade processual para estar em juízo, devendo ser assistido por seus representantes legais.

b) A citação assinada por Mateus é válida, embora, em razão de sua incapacidade processual, ele deva ser representado por seus pais em juízo.

c) Se Mateus não tiver representante legal, o juiz lhe nomeará um curador especial.

d) Se for verificada a irregularidade da representação de Mateus, o juiz deverá promover a extinção do processo por falta de capacidade processual.

e) A citação é nula de pleno direito.

46. João foi gravemente agredido por Pedro, de quinze anos de idade. Em razão do ocorrido, João pretende ajuizar ação de indenização por danos materiais e morais contra Pedro e os pais deste, Carlos e Maria. No momento da agressão, Carlos e Maria estavam divorciados e a guarda de Pedro era exclusiva de Maria.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento do STJ:

- a) A ação deve ser ajuizada exclusivamente em desfavor dos pais de Pedro, porque, conforme a legislação, ele, por ser menor, não possui responsabilidade civil por seus atos.
- b) A responsabilidade civil de Pedro pela reparação dos danos é subsidiária, em relação a seus pais/responsáveis, e mitigada.
- c) Há litisconsórcio necessário entre Pedro e seus pais, em razão da responsabilidade solidária entre o incapaz e seus genitores.
- d) A ação poderá ser ajuizada contra os pais de Pedro somente se for demonstrado que ele não possui patrimônio para reparar o dano.
- e) A ação deve ser ajuizada em face do menor, exclusivamente.

47. Sobre a Fazenda Pública em juízo e temas correlatos, aponte a assertiva CORRETA:

- a) No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública o dever de pagar quantia certa, cabe à Fazenda apresentar o demonstrativo discriminado e atualizado do montante a ser pago.
- b) Está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal, toda sentença proferida contra a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público.
- c) A Fazenda Pública não pode celebrar negócio jurídico processual.
- d) A Câmara de vereadores não possui personalidade jurídica, apenas personalidade judiciária, somente podendo demandar em juízo para defender os seus direitos institucionais.
- e) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal, vedado o estabelecimento de prazos próprios para os entes públicos por meio de lei.

48. Em relação à execução contra a Fazenda Pública, considere as afirmativas abaixo:

- I. É cabível a execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, hipótese em que será citada para opor embargos no prazo de 30 dias.
- II. No cumprimento de sentença que impuser à Fazenda Pública a obrigação de pagar quantia certa, o exequente não precisará apresentar demonstrativo discriminado e atualizado do crédito.
- III. Dentre as matérias que podem ser alegadas pela Fazenda Pública em impugnação ao cumprimento de sentença estão a ilegitimidade de parte, a inexigibilidade da obrigação e o excesso de execução.
- IV. Se a impugnação ao cumprimento de sentença for parcial, a parte não questionada pela executada não poderá ser, desde logo, objeto de cumprimento.

Está correto o que se afirma APENAS em:

- a) I e IV.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) I, II e III.

49. Pretendendo recorrer de uma sentença que lhe condenou a pagar uma prestação pecuniária, o réu, por seus advogados constituídos, apresenta, no prazo recursal, duas apelações em datas distintas.

Assim agindo, é correto afirmar que:

- a) as duas apelações podem ser reunidas, uma vez que foram apresentadas dentro do prazo legal.
- b) a segunda apelação distribuída não deve ser conhecida, pela ocorrência de preclusão consumativa.
- c) a primeira apelação distribuída não deve ser admitida, prevalecendo a posterior, pois ocorreu o efeito substitutivo do recurso.
- d) a segunda apelação distribuída deve ser inadmitida, por força da ocorrência de preclusão temporal.
- e) o juiz deve intimar o apelante para que informe com quais das apelações distribuídas pretende prosseguir, devendo desentranhar a outra apelação dos autos.

50. Diante do que prevê a Lei que regulamenta o Juizado Especial da Fazenda Pública, é correto afirmar:

- a) Os representantes judiciais dos réus presentes à audiência não poderão conciliar ou transigir.
- b) O pagamento de obrigação de pequeno valor deverá ser feito no prazo máximo de 90 dias a contar da entrega da requisição do juiz.
- c) Da sentença caberá apelação, não se admitindo agravo de instrumento por vedação legal.
- d) O juiz poderá, de ofício, deferir providências cautelares e antecipatórias, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação.
- e) Sendo o caso, haverá reexame necessário.